

Democracia em queda livre (MARIANA QUEIROZ BARBOZA)

Massacre de apoiadores do presidente deposto Mohamed Mursi deixa um rastro de destruição e violência no Egito. A volta da ditadura nunca pareceu uma ameaça tão real



ATAQUE E DEFESA - Repórteres correm durante ofensiva militar contra acampamento da Irmandade Muçulmana. Dois jornalistas morreram

HÁ MENOS de dois meses, no dia 3 de julho, uma festa levou milhares de egípcios às ruas do Cairo para comemorar a deposição do presidente Mohamed Mursi, da Irmandade Muçulmana, sob um céu decorado com fogos de artifício. A surpreendente celebração do golpe militar, porém, não intimidou os apoiadores do antigo presidente. Na semana passada, diante do aumento dos protestos que pediam o retorno de Mursi ao poder, os militares decidiram agir – e o que se viu foram chocantes cenas de barbárie. Os corpos envolvidos por lençóis manchados de sangue mostravam que o caminho que levaria o Egito à democracia definitivamente não era aquele que o Exército, encabeçado pelo general Abdul Fattah al-Sisi, seguia. O massacre começou na quarta-feira 14, pouco depois do nascer do sol. Primeiro, a ofensiva militar atacou um grupo reunido na Praça al-Nahda, próxima à Universidade do Cairo. A investida resultou em 87 mortos. Depois, a mesquita de Rabia al-Adawiya, no distrito de Nasr City, foi cercada por tropas no solo e no ar. Na ação pereceram 202 pessoas. Tudo transmitido ao vivo pela tevê. Até a sexta-feira 16, o saldo de mortos, segundo o ministro da Saúde, era de 638. Extraoficialmente, dizia-se que a estimativa era tímida. A contagem deve aumentar nos próximos dias.



RESISTÊNCIA - Carro da polícia é empurrado de ponte por manifestantes islamitas no Cairo



A situação forçou o vice-presidente do Egito, Mohamed ElBaradei, premiado com o Nobel da Paz em 2005, a renunciar. "Ficou difícil, para mim, segurar a responsabilidade por decisões com as quais não concordo e cujas consequências eu temo", declarou. ElBaradei foi muito criticado por ter apoiado a deposição de Mursi e aceitado compor um governo endossado pelos militares, responsáveis por 60 anos de ditadura no país. Depois do golpe, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, condenou o uso da força pelo governo e cancelou exercícios militares conjuntos entre os dois países, aliados históricos, mas não cortou a ajuda financeira anual de US\$ 1,3 bilhão. Na sexta-feira 16, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas fez uma reunião de emergência, em que pediu pela "máxima contenção" entre as partes. O presidente interino Adli Mansour decretou estado de emergência, fechou bancos, interrompeu os serviços de trem e impôs toque de recolher em várias cidades, paralisando a já combalida economia egípcia. A General Motors fechou as operações no país por tempo indeterminado por causa da violência que se espalhou para além da capital, em cidades como Alexandria, Gizé e Suez. Militantes islâmicos bloquearam estradas que circundam Cairo e depredaram igrejas cristãs, prédios do governo e postos de guarda. A situação se agravou quando o ministro do Interior disse que as forças de segurança estavam autorizadas a usar armas letais para se proteger – segundo ele, ao menos, 43 oficiais morreram.

O CHEFE - Abdul Fattah al-Sisi, general das Forças Armadas: o Exército, responsável por 60 anos de ditadura no Egito, está cada vez mais poderoso

Desde que Mursi foi deposto num contexto de caos econômico e crescente autoritarismo, os membros da Irmandade Muçulmana têm sido perseguidos. O grupo político-religioso, que surgiu em 1928 e demonstrou sua força política ao vencer as eleições presidenciais e legislativas de 2012, atua em diversos extratos sociais e mantém forte influência junto a uma boa parcela da população. Mas, na contramão da via democrática, seus líderes prometeram resistência ao novo governo e convocaram mais protestos, num discurso que enaltece os mártires. "O embate entre o Estado do Egito e o 'Estado paralelo' da Irmandade Muçulmana alcançou uma fase existencial em que, para um sobreviver, o outro precisa ir embora, ao menos ideológica e organizacionalmente", disse Wael Nawara, escritor e ativista egípcio, em artigo ao site Al-Monitor. Nawara argumenta que, desde a queda do ditador Hosni Mubarak, houve vários pequenos acampamentos na Praça Tahrir e em outros pontos do Cairo sem que isso desencadeasse violência. Mas os campos de Rabia al-Adawiya e al-Nahda foram o estopim da briga entre dois Estados que, há 85 anos, tentam governar o mesmo povo, na mesma terra. "A Irmandade chegou a um ponto em que considera esta a sua última batalha, então é vencê-la ou morrer como mártir", declarou Nawara.



VÍTIMAS - Familiares choram diante de corpos enfileirados na mesquita de El-Iman, no Cairo. Ao menos, 638 civis foram mortos

O acirramento da disputa entre os dois lados compromete o restabelecimento do processo democrático, como querem os egípcios que marcharam contra o regime de Mubarak na Primavera Árabe, e joga o país num longo período de escuridão. "Transições democráticas, mesmo nas melhores circunstâncias, são assuntos difíceis e dolorosos", disse, em relatório, Shadi Hamid, diretor de pesquisa do Instituto Brookings em Doha, no Qatar. "Mas já não faz mais sentido dizer que o Egito está nessa transição." Segundo o especialista, as Forças Armadas e outros braços do Estado se tornaram instituições explicitamente partidárias, o que só aprofunda o conflito num país extremamente polarizado. Isso justificaria uma guerra permanente contra inimigos internos e externos. "Não há motivo para estar surpreso, porque é assim que um golpe militar se parece", escreveu Hamid.

VIOLÊNCIA SEM-FIM

Os números do caos egípcio*



Mais de 500 civis morreram massacrados pelas Forças Armadas



Ao menos dois jornalistas estão entre os mortos



Quase 4 mil pessoas ficaram feridas no total

O acampamento de Nasr City registrou o recorde de mortes

202



43

policiais foram mortos por militantes islamitas

*Até a quinta-feira 14

Fontes: Ministério da Saúde e Ministério do Interior do Egito

MARIANA QUEIROZ BARBOZA é Jornalista e escreve para esta publicação. Fotos: ©AP Photo/Aly Hazzaa; epa/Mosaab Elshamy; reuters/stringer. Foto: AP Photo/Khalil Hamra. *Até a quinta-feira 14 Fontes: Ministério da Saúde e Ministério do Interior do Egito. **Revista ISTO É, Agosto de 2013.**

A noite escura de Terrence Malick (LUIZ FELIPE PONDÉ)

"**AMOR PLENO**", novo filme de Terrence Malick, é um exemplo do que o místico espanhol do século 16 San Juan de la Cruz chamou de "noite escura da alma". Não é à toa que o padre (Javier Bardem) tem um discurso muito colado ao do místico espanhol. Ele é o personagem central da narrativa. Como sempre, sem teologia e filosofia, não se entende Terrence Malick.

Por consequência, o filme está próximo do texto bíblico "Cântico dos Cânticos", peça fundamental da literatura mística ocidental, influência marcante no místico espanhol: "Onde Te escondestes que não Te encontro, meu Deus?". No "Cânticos", o amor entre Deus e a humanidade é representado pelo amor entre um homem e uma mulher, suas agonias, prazeres e ausências. "A Noite Escura da Alma" é, como "Cânticos", um texto erótico. "O amor de Cristo pela sua igreja é como o amor

de um homem e uma mulher", diz Bardem. Eis a chave para entendermos o poema místico que é "Amor Pleno". No cristianismo, amor não é mero afeto, mas a ação que nos faz existir. Sem ele, a vida esvazia.

Nesta chave, o amor entre Ben Affleck e "suas" duas mulheres está também "sob" o véu da noite escura da alma, assim como está o amor do padre por Deus e o mundo. Ele é incapaz de amar, elas sofrem por isso. O filme encerra com a imagem do Mont Saint-Michel, na França, local onde o casal vai no começo de seu amor. Esta abadia é símbolo da vida monástica medieval. Os filósofos vitorinos (Hugo e Ricardo da Abadia de São Vitor, século 12), em sua teoria sobre o amor, entendiam que o amor, posteriormente dito romântico, era da mesma substância do amor de Deus.

Assim como é difícil para nós mantermos o amor por Deus, é difícil sustentarmos o amor entre um homem e uma mulher. Nossa natureza "caída" não suporta o "peso" do amor. Este "peso" assume várias formas, entre elas, o compromisso com ele, principalmente no vazio que o cotidiano instaura em nosso coração e corpo sedentos.

Nossa natureza tende "para baixo", para o tédio e a insatisfação, como diz a mulher francesa no filme quando se refere às duas mulheres que existe nela: uma tende para o amor, para o alto, a outra para baixo, para a terra. Não é à toa que ela, a francesa, após uma longa conversa com a amiga italiana, niilista e entediada, chega ao adultério, símbolo máximo do tédio e da degradação do amor. Quando nos distanciamos do amor, nos dissipamos num desejo que nos leva ao nada.

Mas, o que vem a ser esta "noite escura da alma"? Quando falamos de mística, pensamos normalmente em êxtase, em "gozo místico". Mas, a "noite escura" é o momento em que a alma, conhecedora de Deus, deixa de senti-lo no seu cotidiano, o que a leva à solidão, ao desespero e à dúvida. Uma verdadeira mística da agonia. Neste momento, o padre lembra a máxima do Evangelho: "Você deve amar", portanto, o amor não é mero sentimento, mas sim uma ação, como é dito no filme. Agir com amor, mesmo que não sintamos o amor. Para ele, continuar cuidando dos doentes, para o casal, continuar a cuidar um do outro, porque longe do amor, somos todos doentes, umas criaturas da noite que vagam numa escuridão sem fim. No escuro, não é só o outro que desaparece, mas nós também.

O padre chega mesmo a lamentar o fato que, em seu ministério, ele deve "fingir" sentimentos que não tem, assim como um casal deve continuar a amar (esta é a condição do amor como "ação" e não mero sentimento) mesmo quando a paixão desaparece. Quando nos sentimos longe do amor (de Deus), vemos nosso nada, isso deixa nossa alma inquieta, sedenta. Como é dito em "Árvore da Vida", filme anterior de Malick, a vida sem amor "flashes by", apenas passa. Esta é a chave para passarmos do "Árvore da Vida" ao "Amor Pleno".

A responsabilidade dos que "amam menos", como diz o padre, se referindo a ele e a Ben Affleck, é maior, porque são eles que enxergam melhor o vazio no coração da vida. Os ecos da "noite escura" atingem toda a existência, para além da teologia, adentrando a solidão nossa de cada dia. O drama maior não é não ser amado, mas ser incapaz de amar.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

Aprendizado e angústia (ROSELY SAYÃO)

FICAR concentrado em algo que exige muito de nossa atenção tem sido cada vez mais difícil e doloroso. Vivemos num mundo que nos diz, incessantemente, que precisamos ter satisfação logo, que a dor precisa ser evitada e/ou suprimida, que a felicidade é a melhor escolha.

Quando tentamos nos concentrar em uma tarefa árdua, logo percebemos que as distrações presentes em nosso entorno são, quase sempre, bem mais sedutoras, não é verdade? Dá vontade de beliscar algo gostoso, de atender a um telefonema nada importante, de ler as mensagens que chegaram, de buscar algo na internet etc. Pronto: está armada a cilada que tem como objetivo nos retirar da situação incômoda em que estávamos. Ter de realizar algo que não é nossa escolha no momento e que exige esforço e tempo de dedicação perturba, angustia, provoca insatisfação. E é disso que queremos fugir. Claro que, ao agirmos assim, a situação irá se complicar porque, afinal, aquela tarefa precisará ser realizada mais cedo ou mais tarde. Aí é que entra o exercício da maturidade. Realizamos um esforço ainda maior para dar conta de nossa responsabilidade porque sabemos que ela é intransferível. A criança sofre esse contexto muito mais do que o adulto. Imagine, caro leitor, uma criança ao fazer uma lição ou ao aprender algo que dizemos que ela precisa saber.

Certamente você já testemunhou uma cena desse tipo. Ela decide apontar o lápis, organizar seu material à mesa, pegar (dezenas de vezes) algo necessário na mochila... Além disso, sente fome e vontade de ir ao banheiro, olha para sua borracha e se lembra de uma outra que tanto queria mas não tem.... E assim ela segue, sem saber que o seu comportamento visa unicamente escapar da angústia que ela enfrenta.

Nós, que aqui estamos há muito mais tempo do que ela, fomos tão tomados por esse mesmo contexto, que nem sempre nos damos conta de que a criança precisa de nossa ajuda nesse momento. Ela precisaria saber, por nossa condução, que ela pode comer mais tarde, que não precisa de tanto material por perto, que a vontade de ir ao banheiro pode ser postergada etc. Ao contrário, tratamos de atender a todas as suas solicitações na tentativa de "limpar" a situação para que a criança consiga, finalmente, se dedicar ao que precisa. Tudo o que conseguimos ao agir assim é estimular a criança a escapar de outros modos de sua missão. Há um grupo de crianças que confunde a angústia que a toma nesse

momento com dor. Dor física: dor de cabeça, dor de barriga, dor na mão, por exemplo, são reclamações frequentes de crianças que enfrentam a angústia de ter de aprender algo.

Como a lógica médica passou a reger nossas vidas, damos toda atenção a tais dores, que não são inventadas pela criança, é bom ressaltar: são confundidas por ela. Quase todas as escolas hoje têm enfermaria; a qualquer hora do dia, se você passar por lá, caro leitor, encontrará alguma criança com tal reclamação, tanto quanto muitas outras no banheiro, no bebedouro, vagando pelos corredores.

Elas deveriam ser encorajadas a ficar em classe e a enfrentar a angústia que o aprendizado provoca. Com nossa ajuda, com nosso apoio, com nossa firmeza e carinho, elas podem enfrentar tal desconforto por conta própria e seguir em frente. O resultado seria o crescimento da autoestima, que se desenvolve à medida que a criança adquire confiança em sua capacidade de colocar em ato seu potencial.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

"Flores Raras" (CONTARDO CALLIGARIS)

ESTREIA amanhã "Flores Raras", de Bruno Barreto. O filme (baseado no livro "Flores Raras e Banalíssimas", de Carmen L. Oliveira -nova edição pela Rocco) conta a história dos 17 anos (mais ou menos) que Elizabeth Bishop passou no Brasil. Na sua chegada ao porto de Santos, em 1951, Bishop já era uma poeta reconhecida, "poet laureate" dos EUA. Nota: "poet laureate" é um cargo de poeta oficial nacional, que raramente me desapontou. Carol Ann Duffy, uma de minhas poetisas preferidas, ainda é "poet laureate" do Reino Unido; Billy Collins e Louise Glück foram "poet laureate" dos Estados Unidos, sem contar Robert Frost e Joseph Brodsky. Aliás, eu descobri Collins e Duffy quando se tornaram "poet laureate" de seus países.

Enfim, Bishop estava circum-navegando a América do Sul; viajando, ela queria aliviar sua melancolia. Como Robert Lowell lhe diz lindamente no filme: ela procurava a "cura geográfica". Em Santos, a poeta desceu do barco com a ideia de passar uma semana ou duas visitando uma amiga, Mary Morse, que era então a companheira de Lota de Macedo Soares. À primeira vista, o encontro de Elizabeth Bishop e Lota não foi muito promissor. Aos olhos de Lota, maravilhosamente interpretada ou inventada por uma inesquecível Glória Pires, Bishop devia parecer como uma chata, por grande poeta que fosse. E é provável que Bishop se assustasse pela presença expansiva de Lota. Agora, uma sugestão: é sempre bom desconfiar dos outros ou outras que seu parceiro ou parceira acha imediata e excessivamente desinteressantes.

De qualquer forma, o encontro de Elizabeth e Lota foi o começo de uma relação que é, para mim, um protótipo de história de amor que vale a pena. Alguns dirão que não acabou bem. Mas esse não é um argumento. O que importa mais é que, nos anos em que elas se amaram, cada uma delas deu o melhor de si: Bishop escreveu os poemas de "North and South" (que lhe valeram o prêmio Pulitzer), e Lota concebeu e realizou o aterro de Flamengo, no Rio de Janeiro. É frequente que, num casamento, o cônjuge, por adorável que seja, apareça como alguém que limita nosso desejo -às vezes, ele, de fato, compete com nossa vida e domestica nossos sonhos. Esse não foi o caso de Elizabeth e Lota: cada uma potencializou o gênio da outra -essa é uma flor rara.

Detalhe crucial, "Flores Raras" não é um filme sobre um amor homossexual, simplesmente porque o fato de que se trata de duas mulheres é indiferente -o espectador não tem nem tempo nem disposição para aprovar ou para recriminar o amor de Elizabeth e Lota. Talvez, na sociedade privilegiada e culta do Rio de Janeiro dos anos 1950-1960, pouco importasse que Lota e Elizabeth fossem duas mulheres. Não sei. O fato é que Bruno Barreto conseguiu contar a história de Lota e Elizabeth de tal forma que o gênero e a opção sexual das amantes é muito menos importante do que o amor entre elas.

Ontem, em São Paulo, no "Fronteiras do Pensamento", palestrou Anthony Appiah (professor em Princeton, autor de "O Código de Honra", Cia das Letras). Numa entrevista a Cassiano Elk Machado, na Folha de 10/8, Appiah menciona a revolução moral recente pela qual "há 20 anos, a maioria das pessoas (nos EUA) diria que a ideia do casamento gay é totalmente ridícula. Hoje, se você falar com jovens americanos, 70% deles vão defender sua aprovação".

Pois bem, "Flores Raras" não precisa caber num catálogo de "filmes homossexuais" porque cabe no dos grandes filmes de amor e porque já pertence a uma época em que a orientação sexual talvez seja, enfim, inessencial. Não me lembro de um momento de minha vida (sequer a infância) em que a orientação sexual fosse, para mim, um fato relevante. Um pilar de minha educação moral foi minha avó, que era católica devota e moralmente preconceituosa, mas dotada de senso prático -se eu fosse homossexual, ela provavelmente se tornaria antipapal (talvez anglicana) na hora.

O outro pilar foi meu pai, para quem a própria ideia de "anormalidade" era uma bizarrice. Embora fosse especialista, tinha uma prática de médico de família: de manhã, ele visitava seus pacientes a domicílio. Quando eu estava de férias, ele pedia que eu o acompanhasse. Dizia que era para lhe fazer companhia. Suspeito que ele quisesse me ensinar a reconhecer meus semelhantes na diversidade do mundo, das casas, dos quartos e das vidas. Enfim, divago. Não perca "Flores Raras".

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

O mantra da juventude (TAÍS GASPARIAN e MÔNICA GALVÃO)

O ESTATUTO da Juventude, recém-promulgado após quase dez anos de discussão, apresenta mais um rol de boas intenções do que de políticas públicas a serem aplicadas. De novo mesmo, o que há é a regulamentação da meia-entrada. Todos os direitos previstos no estatuto já constam de outros dispositivos legais, entre eles a Constituição. E uma lei não é suficiente para fazer com que as pessoas, jovens ou não, usufruam desses direitos. É simples: não basta alardear que os jovens têm direito ao SUS, se não há estrutura que o garanta. Pouco sentido tem a declaração de que têm direito à mobilidade, à segurança e à tecnologia, se nada disso é efetivo, como se a química caneta/papel pudesse transformar a realidade.

A exemplificar a tolice, um dos dispositivos define que jovem é aquele que tem entre 15 e 29 anos. Que não se queira ser jovem com mais de 29 anos porque, por lei, agora está cabalmente proibido. Quando, em 1990, foi editado o Estatuto da Criança e do Adolescente, existia um propósito: não havia segurança acerca dos direitos garantidos às crianças e aos adolescentes, consideradas as diversas limitações legais à sua autonomia. Com o ECA, a criança passou a ser reconhecidamente titular de direitos. Mas com a pessoa maior de idade, como é o caso do jovem tal como definido no novo estatuto, não se passa o mesmo. Todo o rol de direitos nele reiterados não serve de nada além do que repetir o que já era certo, ao menos no plano da lei. Quem sabe sua entoação repetitiva, como um mantra, sirva para nos alçar a um país melhor. A novidade da lei foi, finalmente, trazer alguma regulação em nível federal da meia-entrada. Garantiu-se o pagamento de meia-entrada para espetáculos esportivos, de lazer e de entretenimento aos jovens estudantes ou de famílias de baixa renda, limitando o benefício a 40% dos ingressos disponíveis.

Em que pesem as críticas que se possa fazer ao estatuto, ao menos ele traz alguma objetividade e segurança para essa questão antes objeto de controvérsias e conflitos. Estabeleceu-se definição clara dos beneficiários - jovens de baixa renda e estudantes - e como se dará a comprovação dessa condição. Ainda mais: ao estabelecer que será disponibilizado um banco de dados para consulta dos nomes dos estudantes beneficiários, garantiu-se um mínimo de transparência e possibilidade de fiscalização de um benefício que era, até então, objeto de notória e disseminada fraude. Ao regular aspectos básicos, o estatuto obriga Estados e municípios a adequarem suas legislações sobre o tema. Desde logo, fica suspensa a eficácia das leis que tragam disposições que lhe sejam contrárias.

Exemplo do cipoal legislativo nacional, as diversas leis existentes, nos níveis federal, estadual e municipal, contribuíam para as controvérsias acerca do benefício ao estabelecer diferentes formas de comprovação de titularidade, de limitações ao número de ingressos a serem disponibilizados, de percentuais de desconto etc. O estatuto assenta pelo menos algumas dessas questões. Já dizia Thomas Jefferson, e aqui cabe a lembrança, que a aplicação das leis é mais importante que a sua elaboração. Resta saber o que nos aguarda.

TAÍS GASPARIAN, 54, e **MÔNICA GALVÃO**, 37, são sócias do escritório Rodrigues Barbosa, Mac Dowell de Figueiredo, Gasparian Advogados. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

Mais médicos não bastam (CLAUDIO MIYAKE e MARCO MANFREDINI)

NOS ÚLTIMOS dois anos, o Conselho Regional de Odontologia de São Paulo (Crosp) recebeu 134 denúncias de suspeita de exercício ilegal da profissão na Grande São Paulo e 63 no interior. Relatório recente da Prefeitura de São Paulo demonstra que faltam 33% de profissionais de saúde bucal na rede municipal.

Se na maior metrópole brasileira o descalabro é tamanho, podemos dimensionar que nas regiões mais carentes o caos esteja instaurado. Temos cobrado ações contundentes das autoridades para que os riscos à população não sejam negligenciados. Mas não basta reduzir nossas ações a apagar incêndios. A valorização da odontologia e das demais áreas da saúde é imprescindível, para que haja uma melhora efetiva na assistência aos cidadãos brasileiros.

O cirurgião-dentista deve ter condições dignas de trabalho para prestar serviço no Sistema Único de Saúde, a começar por uma remuneração condizente com sua função. Há mais de duas décadas, o SUS implantou a Estratégia de Saúde da Família e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Ambos os programas trazem como referência de prática em saúde um modelo multidisciplinar que amplia o foco do cuidado e envolve diversos profissionais. É incontestável a dificuldade de consolidação do Sistema Único de Saúde. O subfinanciamento crônico, problemas na gestão dos recursos públicos e a insuficiência do controle público resultam em obstáculos diários enfrentados pelo usuário e pelo profissional.

As últimas propostas do governo federal para o setor da saúde geraram polêmica --particularmente, em torno do programa Mais Médicos. No entanto, dois aspectos fundamentais foram pouco valorizados nesse debate público: o papel do conjunto dos profissionais de saúde e o modelo de cuidado adotado no Sistema Único de Saúde. Falha capital do Mais Médicos é o olhar vesgo para a saúde. O sistema não é formado somente por profissionais de medicina. Ao reforçar o conceito de que saúde é sinônimo de acesso à assistência médica, reduz-se a questão e reforça-se o modelo hegemônico no país, que não atribui valor às práticas de promoção de saúde e prevenção de doenças.

O bem-estar de um indivíduo é resultado do cuidado de todo o seu organismo. Inclui, por exemplo, a saúde bucal. Quando pensamos em políticas públicas, pouco se fala da falta de acesso ao atendimento odontológico, problema facilmente

explicado pelas condições trabalhistas insatisfatórias oferecidas pelas três esferas de governo aos cirurgiões-dentistas. Muitas vezes, diante dessa dificuldade, a população acaba buscando o autoatendimento ou até é enganada por pessoas leigas que oferecem falsos serviços.

É fundamental qualificar a saúde pública. Nossos representantes nos três Poderes têm de abrir diálogo com as entidades odontológicas e demais áreas da saúde. Juntos, podemos desenhar um projeto funcional capaz de promover o exercício digno das profissões da saúde e estabelecer os necessários investimentos estruturais. Não é com medidas paliativas que vamos mudar o Brasil.

CLAUDIO MIYAKE, 47, é presidente do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo. **MARCO MANFREDINI**, 52, é secretário do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

A reprovação melhora o desempenho escolar? SIM

O direito à aprendizagem (CESAR CALLEGARI)

A APROVAÇÃO automática, sem compromisso com a aprendizagem e o desenvolvimento, vem sendo um grande mal para a educação de crianças e jovens brasileiros. Essa prática, ainda comum em muitas escolas, compromete o futuro de milhões de estudantes, que, na vida, logo descobrirão que conhecimentos importantes lhes foram sonegados e que condições indispensáveis para a sua plena cidadania lhes foram subtraídas.

Aprovação automática é o desvirtuamento sinistro da correta concepção de que os alunos têm direito ao aprendizado contínuo e progressivo e de que a escola, a família, o Estado e a sociedade têm o dever de assegurar isso a eles. A recusa omissa em levar os processos avaliativos a todas as suas consequências nada tem a ver com progressão continuada dos alunos, desejo e compromisso de todos os educadores sérios.

Evidente que o objetivo maior da escola e do trabalho dos professores é o sucesso educacional dos seus alunos. A reprovação de um estudante é o fracasso de todos. Porém, mais grave é o fracasso escamoteado, escondido em ilusões estatísticas, como se na escola fosse possível aprender sem esforço, construir sem trabalhar, criar sem perseverar. Um engodo que deseduca e desorienta. As crianças e jovens da rede pública municipal de São Paulo estão entre as vítimas desse processo. Das crianças com 9 ou 10 anos de idade, 38% chegam ao final do primeiro ciclo sem estar plenamente alfabetizadas. Em qualidade do ensino fundamental medida pelo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), São Paulo está em 35º lugar entre os 39 municípios da região metropolitana. Contudo, o profissionalismo e a boa formação da maioria de seus educadores, bem como a experiência acumulada na rede mostram que a cidade reúne todas as condições necessárias para avançar e superar seus desafios.

O programa Mais Educação São Paulo, recentemente anunciado pelo governo municipal, se propõe a mobilizar toda essa força criativa para o enfrentamento dos problemas. Mudanças importantes estão sendo propostas, a maior parte destinada a promover avanços no ensino fundamental. Entre elas, o fim da aprovação automática, que sela o compromisso com a efetiva aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Avaliações bimestrais foram sugeridas para que haja monitoramento em tempo real do progresso de cada estudante. Apoio pedagógico complementar a todos os que dele necessitem e boletins com notas e orientações são propostas para garantir para que estudantes e suas famílias possam melhor participar de seu percurso formativo.

A reorganização curricular com a criação de três ciclos - alfabetização, interdisciplinar e autoral - traz propostas e objetivos melhor definidos e ampla cooperação entre os profissionais que deles participam. É fundamental valorizar os educadores, dando apoio e incentivo à autoria criativa, dele e de seus alunos, para atingirmos esses objetivos. Se os projetos municipais integrarem disciplinas, áreas de conhecimento e seus profissionais, ampliamos a exposição dos estudantes à aprendizagem e diversificamos, nos campos da cultura, do esporte e da pesquisa, as suas oportunidades de descobertas prazerosas e significativas.

Essas e outras propostas estão submetidas a consulta pública para que, com a contribuição de educadores, estudantes e suas famílias, São Paulo passe a ser, de fato, uma cidade educadora.

CESAR CALLEGARI, 60, sociólogo, é secretário de Educação do município de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

A reprovação melhora o desempenho escolar? NÃO

Proposta inoportuna (RAUL VELLOSO)

NA PRÁTICA, o Orçamento da União hoje é uma gigantesca folha de pagamento, que tende a explodir nas próximas décadas. Parte relevante de suas receitas é "vinculada" a certas finalidades. Os gastos com saúde devem ter um crescimento mínimo ano a ano. Outras destinações são extremamente rígidas por definição, como no caso de pessoal e benefícios previdenciários e assistenciais.

Não há como deixar de pagar gastos obrigatórios como esses. E praticamente tudo isso está previsto na Constituição Federal. É fato que, na época da inflação explosiva, nem a previsão constitucional era suficiente. O governo atrasava nas liberações de despesas e a corrosão inflacionária fazia com que sobrasse dinheiro no fim do ano. Com algumas despesas fixas em termos nominais, o governo aplicava as receitas extras como queria, sem que se soubesse ao certo como se dava tal distribuição.

Hoje, persiste a crença de que o único jeito de assegurar qualquer valor que tenha origem no governo é conseguir um dispositivo constitucional dizendo isso com todas as letras. Exemplo? A proposta de emenda constitucional com a qual o Congresso Nacional busca instituir o Orçamento impositivo. Com inflação mais baixa e respeitadas as prioridades constitucionais, a execução orçamentária de 2012 revela o seguinte: 73,6% do total gasto pela União refere-se a pagamentos de pessoas, sendo 39,5% para os gastos da previdência geral; 10,2% para os inativos e pensionistas da União; 12,9% para o pessoal ativo; e 11% para os programas de assistência social.

Cálculos que eu e alguns parceiros fizemos em trabalho recente mostram que o percentual do PIB gasto com o total desses itens deve dobrar em 2040, seja em razão das regras altamente concessivas em vigor, seja pelo rápido envelhecimento da população brasileira, conforme previsto nas projeções do IBGE. O resto do Orçamento vai para saúde (8,2% do total), "outros gastos correntes" (12,4%) e investimentos (5,8%). Nesta última parcela, 1,3% do total se refere a investimentos em transportes. Não é à toa que a infraestrutura brasileira está o caos que está.

Quanto aos setores melhor aquinhoados com recursos, como educação e saúde, estudos mostram que nossos gastos são similares aos de países de dimensão econômica e social comparável, embora de qualidade significativamente inferior. Já no caso de previdência, gastamos absurdamente acima do que gastam países cujo percentual de idosos é parecido com o nosso. Como era essa situação por volta da promulgação da Carta de 1988? A "grande folha", pasme, era de apenas 39% do total, e na saúde se gastavam os mesmos 8% de hoje. Obviamente, os investimentos e os demais gastos correntes eram bem mais elevados. De lá para cá, o Orçamento se tornou uma peça ineficiente de tal forma que, sem reformas, sua rigidez tenderá à explosão em futuro não muito distante. Sem um esforço para aumentar a eficiência e repassar tarefas relevantes ao setor privado, teremos sérios empecilhos ao desenvolvimento do país e crescente insatisfação dos contribuintes.

É nesse contexto que o Congresso tenta impor ao Executivo a emenda constitucional que reserva um pedaço do mini-orçamento que resta depois que se retira a "grande folha" e os gastos em saúde, ou seja, 18,2% do total. Essa manobra - uma brincadeira de mau gosto - garantiria uma fatia de R\$ 10 milhões da pizza orçamentária para cada parlamentar patrocinar algum gasto junto à sua base de apoio. Se aprovada, essa medida significará um passo à frente em direção ao comprometimento total da receita da União. Estamos quase lá.

RAUL VELLOSO, 67, é doutor em economia pela Universidade Yale (Estados Unidos). Foi secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento (governo Sarney). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

A divergência como virtude (MÁRCIO THOMAZ BASTOS, CELSO VILARDI e JOSÉ LUÍS OLIVEIRA)

COMO ADVOGADOS, atuamos na ação penal 470 e temos, por óbvio, interesse no deslinde da causa. O nosso interesse, no entanto, não nos cega nem nos impede de perceber o que está ocorrendo. Um julgamento que não permite a livre expressão da divergência simplesmente não é justo. A intolerância em relação a opiniões diferentes não honra a história do Supremo Tribunal Federal.

Tradicionalmente, o Supremo é o lugar onde a justiça se forma pelo contraponto das opiniões de ministros, que detêm notável saber jurídico. Causa-nos preocupação nova tentativa de cercear a troca de ideias. Convém lembrar dois conceitos. Os embargos declaratórios, segundo consagrados professores da USP, com a evolução do processo penal brasileiro, deixaram de "constituir pedido de reconsideração, vindo a se transformar em verdadeiro recurso". É pacífico que, conquanto não se prestem à rediscussão da causa (o que é reservado aos infragentes), podem alterar o mérito da decisão, desde que haja ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.

O sistema é lógico: não é natural que haja um novo julgamento na análise dos declaratórios, mas também não se pode perpetuar uma contradição que gere um erro ou uma injustiça. Se isso vale para qualquer tribunal, no Supremo é ainda mais grave porque a injustiça será literalmente perpetuada, já que alguns temas não serão rediscutidos, nem mesmo se admitidos os infragentes. O Supremo decide sobre a liberdade das pessoas em única e última instância. Por outro lado, chicana, segundo o Aurélio, significa "tramoia; enredo em questões judiciais; ardil; sofisma; contestação capciosa". É uma acusação grave, qualquer que seja o sentido empregado, máxime quando dirigida a um ministro.

Por isso, o incidente ocorrido na última sessão causou espanto. Não se tratou de mais um mero "bate-boca". Ao examinar uma contradição, o ministro Ricardo Lewandowski foi atacado gratuita e injustamente apenas por exprimir uma opinião divergente sobre questão jurídica estritamente técnica. E, logicamente, não se discute contradição sem analisar o que foi julgado. Não houve discussão nem "bate-boca". Houve um excesso verbal, seguido de um pedido de retratação. No dia anterior, o alvo fora o ministro José Antonio Dias Toffoli. A "lógica" é a seguinte: quem considera um argumento da defesa é chicaneiro, quer retardar o julgamento, eternizar a discussão e não quer fazer um trabalho sério, em flagrante desrespeito à Suprema Corte.

Se o raciocínio fosse válido, não existiria razão para a previsão legal desse recurso. Afinal, ele só pode ser analisado se houver condições para o debate. Caso contrário, o ponto de vista dos réus seria absolutamente irrelevante, o que não é compatível com um dos fundamentos da Constituição brasileira, o direito ao devido processo legal. Quem quiser analisar serenamente a defesa, cumprindo seu papel de magistrado, não pode ser desqualificado como inimigo da sociedade. A liturgia republicana não comporta esse tipo de excesso.

O papel institucional da presidência é favorecer, não inibir, o diálogo. É garantir ao plenário condições de deliberar de maneira refletida e calma. Não impor uma posição pessoal, mas possibilitar que a maioria seja atingida, respeitada a divergência. Um julgamento que procura eliminar o dissenso é injusto por excelência. A sociedade brasileira não pode concordar com a tentativa de calar um juiz, pois a democracia é, para nós, uma conquista definitiva.

Entre as instituições brasileiras, é no Supremo que historicamente se realizou com maior vigor a ideia de tolerância expressa na famosa advertência atribuída a Voltaire. Pode-se não concordar com nada do que uma pessoa diz, mas deve-se defender até o último instante o direito fundamental que ela tem de exprimir livremente a sua opinião. No Estado democrático de Direito, ao menos, costuma ser assim.

CELSON VILARDI, 45, é advogado de Delúbio Soares. **JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA**, 47, é advogado de José Dirceu. **MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, 78, é advogado de José Roberto Salgado. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

Para entender a violência (RAFAEL ALCADIPANI)

NÃO FOI preciso muito tempo para que a categoria "vândalos" entrasse em ação. Para explicar o movimento "black blocs", analistas logo enquadraram nela os jovens mascarados que promovem atos de violência contra símbolos do capitalismo. Em conjunto com a professora Esther Solano, da Universidade Federal de São Paulo, iniciei uma pesquisa sobre as manifestações. Para tanto, temos ido às ruas observar e conversar com jovens, policiais e jornalistas durante esses eventos.

A técnica da pesquisa é inspirada na antropologia e partimos do pressuposto de que, para termos a compreensão de um fenômeno, precisamos observar e conversar com aqueles que o vivenciam. Uma coisa é formarmos uma opinião observando o acontecimento à distância, pela mídia. Outra é formar uma opinião em campo. Como pesquisador, posso falar apenas dos dados que tenho em mãos, os quais analisei sem pretensão de obter a verdade absoluta. O que observei ao ir às ruas pode ser resumido da seguinte forma. Os jovens do "black blocs" são articulados intelectualmente. Grande parte é estudante secundarista. Vários estudam em escolas públicas.

Muitos moram em regiões periféricas; alguns, na região central de São Paulo, como nos bairros da Bela Vista e da Luz. Outros parecem ser da elite econômica, mas são percebidos como minoritários. São jovens que dizem não ter futuro no Brasil. Eles comentam que protestos devem chamar atenção. Uma das manifestações durou mais que quatro horas e os casos de violência foram bastante restritos. Os manifestantes são acompanhados o tempo todo por policiais. A tensão fica no ar. Os adolescentes provocam os policiais com frequência. Existe uma disputa velada para saber quem vai usar da violência primeiro e então poder acusar o outro na mídia.

Chamou-me a atenção a quantidade de pessoas com smartphones e câmeras filmando tudo o que acontece, especialmente os atos de violência dos dois lados. Há uma dimensão de espetáculo muito forte nisso tudo. Parece-me que a ideia de "vandalismo" não nos permite ver o que está por trás desses atos. Estamos falando de uma violência quase teatral. Afinal, quebrar um vidro com pedra gera imagens bastante impactantes. O professor Jeffrey S. Juris, da Universidade do Arizona, fez análise semelhante a respeito das ações do "black blocs" no encontro do G-8 em 2001, em Gênova, na Itália. Sua pesquisa foi publicada no periódico "Critique of Anthropology".

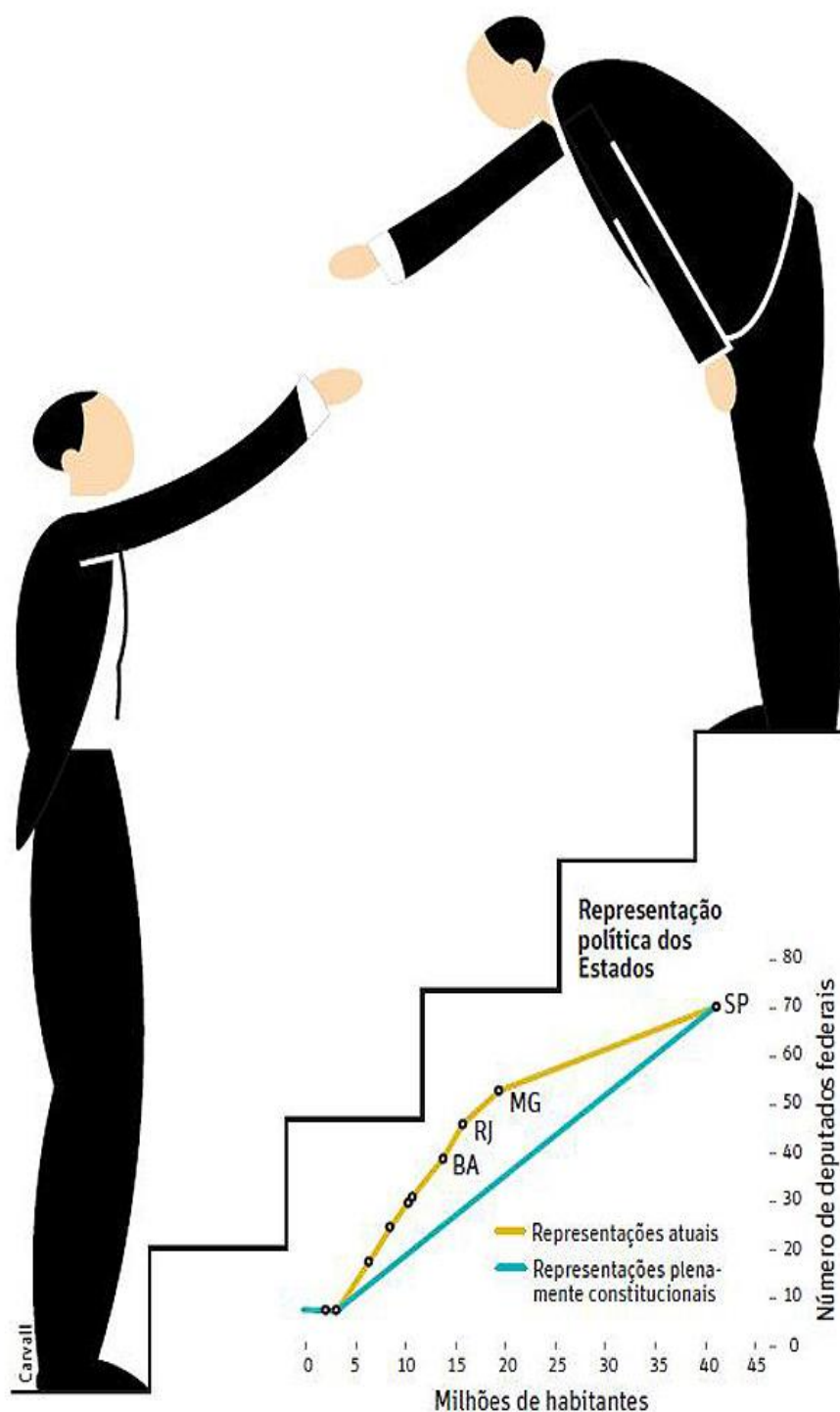
Assim como os manifestantes, a Polícia Militar também é vítima de estigmas que a caracterizam como uma corporação essencialmente violenta. Presenciei oficiais tentando dialogar com os manifestantes ao mesmo tempo em que precisavam segurar os ânimos de sua tropa. Ao que me parece, eles têm que rever as táticas para lidar com distúrbios civis. As manifestações são um desafio também para a PM.

Há um quadro de disputa simbólica na opinião pública pelo estigma dominante: o da PM violenta ou o dos manifestantes vândalos. Um pesquisador independente, ao querer analisar o fenômeno, logo é jogado para um dos lados. Para compreendermos o que acontece no Brasil hoje, precisamos ser capazes de pensar.

A violência, que em todas as suas manifestações é condenável, para ser combatida precisa ser compreendida para além de discursos simplificadores. Não temos respostas definitivas para a compreensão dos protestos e os seus desdobramentos. O debate continua em aberto. Para isso, estudar os fatos para discuti-los além do senso comum é fundamental.

RAFAEL ALCADIPANI, 36, é professor de métodos qualitativos de pesquisa e teoria das organizações na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

Cidadania, um problema de aritmética (PLÍNIO CASTRUCCI)



EM PRINCÍPIO, os deputados federais representam os cidadãos e os senadores representam os Estados. É um sistema prudente pois, para serem aprovadas, as leis precisam satisfazer à maioria dos anseios dos cidadãos e à maioria dos interesses dos Estados.

Mas não é justa a representação atual dos cidadãos dos diferentes Estados, na Câmara dos Deputados. Ela contraria o fundamental artigo 5º da Constituição: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...". Atualmente, cada deputado de São Paulo representa cerca de 600 mil habitantes, cada um de Roraima, 60 mil e cada um de Alagoas ou de Minas, 350 mil. A expressão política de cada paulista é um décimo da expressão dos cidadãos de Roraima e metade da dos outros Estados!

À primeira vista, essa anomalia representativa parece ter sido imposta pelo artigo 45, § 1º, da Constituição: "O número total de deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de 70 deputados". E imposta também pela lei complementar nº 78 de 1994, que confirmou a proporcionalidade às populações bem como os limites, mínimo oito e máximo 70, e que definiu o número total de deputados federais em no máximo 513.

Analisando esses textos cuidadosamente, percebe-se que os legisladores, apesar de estabelecerem o número máximo de deputados para o Estado mais populoso, insistiram na proporcionalidade dos números de deputados às populações. É verdade que deixaram ao legislador eleitoral um pequeno problema de lógica e de

aritmética (proporcionalidade com limites mínimo e máximo). O gráfico acima é eloquente para mostrar a situação atual e para justificar uma solução lógica do problema, embora parcial. Os pontos representam em cada Estado o atual número de deputados versus a população, conforme o Tribunal Superior Eleitoral e o IBGE. A linha azul representa onde deveriam estar os pontos para atender plenamente aos artigos 5º e 45 e à lei complementar.

Quarenta milhões de paulistas teriam assim sua plena cidadania. A proporcionalidade seria garantida para todos exceto para os poucos milhões de cidadãos dos Estados pequenos, que teriam um privilégio, tendente a diminuir com o crescimento das populações. Cálculos simples permitem concluir que seria obrigatório reduzir o número total de deputados

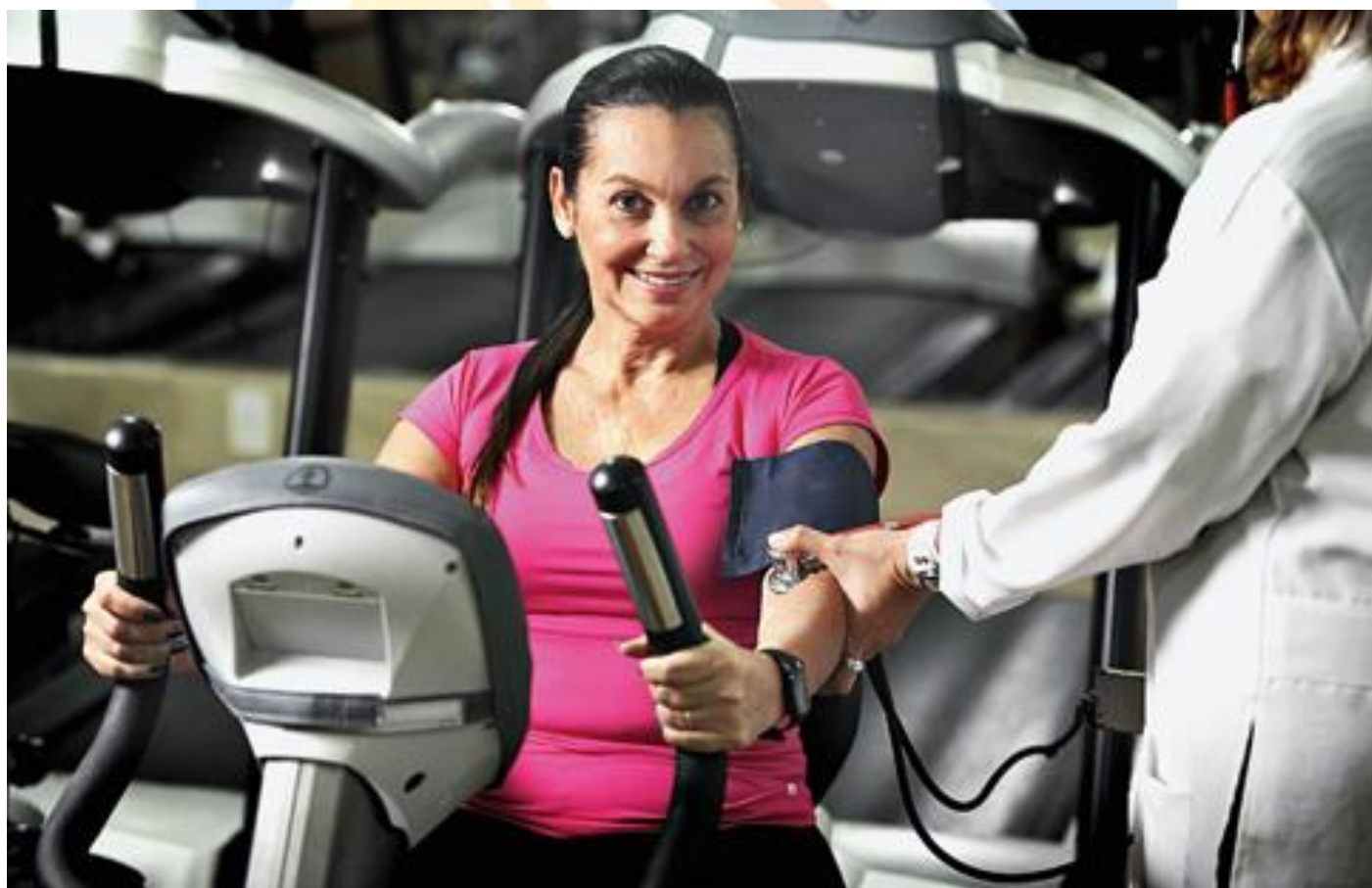
para perto de 400, um fato que a lei complementar sabiamente permite! Algum prejuízo para a representação política nacional? Para a busca do bem comum? Creio que não. E com alguns benefícios, como a redução de custos e a tendência natural de os deputados, em menor número, sentirem-se individualmente mais responsáveis. Por outro lado, é sempre instrutivo comparar esse número total de 400 com o de outras democracias bem-sucedidas. Por exemplo, os Estados Unidos da América, com população quase 50% maior que a brasileira, tem apenas 435 deputados...

É possível corrigir sem emenda constitucional esse silencioso desvio nos direitos da cidadania brasileira, pois foi decorrente de má interpretação das nossas leis maiores. Com emenda constitucional, se implantado o superior sistema do voto distrital, é certo que também haveria justiça na representação dos cidadãos, além de outras vantagens conhecidas. Mas desde que a definição dos distritos fosse vigiada para nunca desrespeitar o artigo 5º!

PLINIO CASTRUCCI, 80, é engenheiro, ex-professor titular na Escola Politécnica da USP. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Agosto de 2013.

Mais cuidado para o coração feminino (MÔNICA TARANTINO)

Para conter a escalada de mortes por problemas cardíacos entre as mulheres, médicos adotarão padrões mais rigorosos de avaliação de risco



REABILITAÇÃO - Jaine, 52 anos, optou por fazer exercícios monitorados por uma cardiologista em vez de cirurgia para recuperar o coração

O CORAÇÃO da brasileira será alvo de cuidados mais intensos. Neste semestre, a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) adotará diretrizes mais rígidas para prevenir na população feminina a aterosclerose (formação de placas que podem levar à obstrução da passagem do sangue nas artérias) e os problemas cardiovasculares a ela associados, como o infarto. "Usaremos métodos mais sensíveis para diagnosticar com precisão os riscos de infarto, insuficiência cardíaca e de acidentes vasculares cerebrais na mulher", afirma Raul Dias dos Santos, diretor da Unidade Clínica de Lípidos do Instituto do Coração (InCor), de São Paulo, e um dos autores das novas regras que serão apresentadas aos médicos no próximo congresso da SBC, em setembro.



PREVENÇÃO - Lidia, 41 anos, sofre de arritmia e toma remédios. Como sua mãe também era cardíaca, ela submete o filho Gabriel, 8 anos, a testes de colesterol

Na origem dessa reformulação estão índices preocupantes. Se na década de 1960 a cada dez mortes por infarto, nove eram homens, hoje essa proporção subiu. De cada dez óbitos, quatro são de mulheres. Por uma associação de fatores que inclui desde a possibilidade de ter sintomas diferenciados do infarto (dores nas costas e náuseas, por exemplo) até a busca tardia de atendimento emergencial (por maior tolerância à dor ou desconhecimento dos riscos e sintomas) e a probabilidade de ser mal avaliada, as chances de uma mulher morrer de infarto acabam sendo 50% maiores do que as de um homem da mesma idade. "A mulher é subdiagnosticada. E uma das causas disso é a incapacidade de os médicos de

detectar os sinais da doença cardiovascular na população feminina na emergência", afirma Dias dos Santos. Foi o que aconteceu com Cinara Albert, 41 anos, de Porto Alegre. Ela tinha 35 anos quando sofreu um infarto. "Senti uma dor na barriga", conta. Atendida em um hospital público, sua pressão foi considerada normal e ela foi liberada. Preocupada, ligou para um amigo e pediu para ser levada ao Hospital Mãe de Deus. "Lá constataram que eu havia infartado."



NEGLIGÊNCIA - Cinara, 41 anos E enfartou aos 35. Ela foi a dois hospitais para ser diagnosticada corretamente e receber tratamento

Diante dessa realidade, os novos paradigmas serão mais severos. Hoje, as mulheres que alcançam 10% de chance de ter um infarto ou acidente vascular cerebral nos próximos dez anos são enquadradas pela maioria dos médicos na categoria de risco moderado. Esses riscos são calculados com a ajuda de uma escala que avalia a presença de fatores de risco como taxas de colesterol, pressão arterial, peso, idade e histórico familiar. Até agora, quem não supera 10% nesse escore costuma sair da consulta com indicações para baixar o colesterol com dieta, fazer atividade física e parar de fumar se tiver o hábito.

Pela nova cartilha, esse grupo passará a ser visto como de alto risco e deverá ser tratado com medidas mais agressivas. Aquelas que convivem com

dois ou mais fatores de risco precisarão reduzir rapidamente as taxas da fração ruim do colesterol, o LDL, e garantir que não fique além do limite máximo de 100 mg/dL de sangue. Para quem já teve infarto, o limite do LDL é de 70 mg/dL de sangue. Antes, pertenciam à categoria de risco elevado as mulheres que somavam 20% de probabilidade de infartar ou de ter derrame nos próximos dez anos. Com as alterações, a proporção de mulheres brasileiras em situação de alto risco para doenças cardiovasculares passa de 10% para 30%. "As mulheres e os médicos precisam entender que é um mito que elas não infartam. Precisam incorporar a ideia de que devem fazer check-up cardiológico assim como vão ao ginecologista", afirma o médico Roberto Kalil Filho, diretor do Instituto do Coração de São Paulo.

POR QUE ELAS SÃO VULNERÁVEIS

A taxa de mortalidade aumenta entre as mulheres. Isso ocorre devido a uma variedade de fatores de risco que têm sido mais bem estudados nos últimos anos. Saiba mais sobre alguns deles

AS PRINCIPAIS AMEAÇAS

Níveis de colesterol elevados, diabetes, tabagismo, hipertensão arterial, histórico familiar de enfermidade cardíaca prematura. Todas as mulheres, não importa em que idade, necessitam manter esses fatores de risco sob controle

A PASSAGEM DO TEMPO

Na menopausa, o risco de desenvolver uma enfermidade cardíaca aumenta. Isso está

associado à diminuição dos níveis do hormônio feminino estrógeno. Uma de suas ações é manter o tônus das veias e artérias e reduzir as chances de inflamações. Ao mesmo tempo, fatores como pressão alta e níveis elevados de colesterol LDL (o mau colesterol) tendem a piorar à medida que envelhecemos

CICLOS IRREGULARES

Ciclos menstruais irregulares e síndrome de ovários policísticos podem se converter em ameaças se não forem monitorados devidamente

CUIDADOS COM A PRESSÃO

Mulheres com pressão um pouco alta antes da menopausa são de alto risco. Assim é importante prestar atenção ao que se chama hoje de pré-hipertensão, ou seja, uma pressão sistólica entre 120 e 130 mmHg

AMEAÇA ÀS PEQUENAS ARTÉRIAS

As mulheres são mais sujeitas do que os homens a desenvolver entupimentos nos pequenos vasos do coração

A DIFERENÇA DE SINTOMAS

Segundo a Associação Médica Americana, as mulheres de 45 anos correm 30% mais riscos que os homens da mesma idade de ter um infarto sem dor no peito

O QUE ELAS SENTEM

Podem apresentar os sintomas típicos, como pressão no peito e dor, mas é mais provável que se queixem de sinais que não aparentam ter nada a ver com o coração. Alguns dos sintomas predominantes em mulheres são a falta de ar, dores de estômago ou de barriga. Infelizmente, muitas vezes esses sintomas são atribuídos à menopausa ou ao estresse

O PAPEL DA DIABETES

Uma mulher diabética tem três vezes mais chances de desenvolver doença arterial coronariana do que uma mulher não diabética. Além disso, a diabetes aumenta o risco em 3-7 vezes. Para os homens, o risco é de 2-3 vezes

OS PERIGOS PARA AS MAIS JOVENS

Mulheres mais jovens com diabetes ou fumantes também têm risco aumentado antes do começo da menopausa. Elas estão sujeitas a problemas congênitos. Há ainda uma enfermidade coronária rara e devastadora chamada dissecação arterial coronária espontânea, que pode ocorrer após o parto

MAIOR RISCO DE ANGINA (dor no peito)

Análise de estimativas de vários países indicam que as mulheres são **20%** mais propensas a sofrer de angina do que os homens

HERANÇA FAMILIAR

Ter um parente de primeiro grau com doença arterial coronariana aumenta mais o risco de experimentar o problema para as mulheres do que para os homens

A mudança a ser implantada é baseada nas recomendações adotadas em 2011 pela Associação Americana do Coração. Elas determinam, por exemplo, que a avaliação do risco de diabetes integre o pacote de testes. Fora de controle, a doença aumenta a fragilidade dos vasos sanguíneos e o potencial inflamatório, acelerando a progressão dos problemas cardíacos. "Estamos melhorando as formas de conferir o risco ao considerar a diabetes e também um marcador de risco de alta sensibilidade, a proteína C-reativa, cujo nível é detectado por exames de sangue. Por esse teste, vimos que muitas mulheres antes identificadas como risco intermediário deveriam ser classificadas no patamar superior", disse à ISTOÉ a cardiologista Nieca Goldberg, da Associação Americana do Coração. A ação dessa proteína aumenta a oxidação do colesterol e seu efeito ruim sobre os vasos.

COMO SE PREVENIR

Consultar o cardiologista pelo menos uma vez por ano para medir as taxas de glicemia no sangue, colesterol total e frações e medir a pressão arterial (o limite saudável é 12 x 8 mmHg). É o mínimo que qualquer mulher a partir dos 20 anos deve fazer. Quem tem parentes que tiveram problemas cardiovasculares em idade jovem, antes dos 50 anos, ou casos de colesterol e pressão arterial elevados na família deve fazer avaliação desde a infância. Nos casos em que houver dúvida sobre o risco de entupimento das artérias cardíacas em mulheres, podem ser feitos exames de imagem como a tomografia cardíaca.



Como parte do esforço para proteger o coração das mulheres, a partir de outubro o Instituto do Coração (InCor) dará início a uma campanha de conscientização dos médicos para as especificidades do coração feminino. Também será lançada no Brasil a campanha americana Go Red for Women, que envolve a indústria da moda para disseminar os conceitos de prevenção às mulheres. "A previsão é iniciar este ano", diz o pernambucano Orlando Medeiros, do Departamento de Cardiologia da Mulher da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Algumas mulheres já estão atentas aos cuidados com seu coração. "Com os exercícios supervisionados por uma cardiologista, estou conseguindo fortalecer o coração e eliminar os sintomas de forte pressão no peito que sentia", diz a engenheira Jaine Isensee, 52 anos, do Rio de Janeiro. Após sentir sintomas no trabalho, ela iniciou uma maratona de exames que detectou uma artéria totalmente entupida. Teve indicação de cirurgia ou reabilitação e optou pela segunda. "Bem indicado e monitorado, o exercício aumenta a circulação colateral do coração e melhora a irrigação", atesta a cardiologista do esporte Isa Bragança, da Clínica Cardiomex, do Rio de Janeiro. A arquiteta Lidia Mie, 40 anos, de São Paulo, também não se descuida da prevenção. "Minha mãe tinha arritmia. Tomo remédios. E meu filho Gabriel, 8 anos, já se previne", afirma.

MÔNICA TARANTINO é Jornalista e escreve para esta publicação. Fotos: Masao Goto Filho /Ag. Isto É; Gabriel Chiarastelli; Marcos Nagelstein. **Revista ISTO É, Agosto de 2013.**

Uma consulta com o Dr. Smartphone (CRISTIANE SEGATTO)

O celular que faz exame onde falta médico e o poder da informação de saúde

UM NOVO aplicativo transforma o celular em uma espécie de consultório oftalmológico de bolso. Segundo a notícia publicada ontem, um pesquisador da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres está testando a novidade em 5 mil pessoas no Quênia. O aplicativo usa a câmera do celular para examinar os olhos e detectar catarata. Uma letra que aparece na tela e vai diminuindo de tamanho é usada no exame básico de visão – aquele que detecta a necessidade de óculos.

A luz do flash da câmera do celular ilumina o fundo do olho. Dessa forma, é possível examinar a retina para tentar identificar mais doenças. As informações sobre o paciente ficam guardadas no celular. O GPS do aparelho identifica o lugar exato onde ele se encontra. Toda a avaliação pode ser enviada aos médicos onde quer que eles estejam. Se for realmente eficaz, essa invenção pode servir de exemplo ao Brasil. No Quênia, assim como no Brasil, faltam médicos em localidades afastadas dos grandes centros. No nosso país, não faltam só médicos, como repetimos tantas vezes nesta coluna. Falta tudo: equipamentos, estrada, segurança, dinheiro para o morador pagar o transporte até um centro de saúde.

Onde falta tudo nem sempre falta sinal de internet e telefonia móvel. No Brasil, 134 milhões de pessoas têm celular, segundo um estudo do IBOPE Media. Desses, 52 milhões têm acesso à internet. Vinte milhões são felizes proprietários de smartphones. A popularização dos celulares e as novas tecnologias móveis deveriam estar no radar de quem traça as políticas de saúde no país. Esses dispositivos podem reduzir custos e alcançar quem nunca terá a chance de estar diante de um médico de carne e osso, sempre que precisar. Com recursos móveis e aplicativos confiáveis, até mesmo enfermeiros ou profissionais de saúde de nível técnico poderiam ir até o paciente, fazer os exames e enviá-los aos médicos localizados a quilômetros de distância.

Como quase sempre política vira politicagem e as autoridades de saúde com perfil técnico são expurgadas do comando sempre que uma disputa eleitoral se avizinha, essa é mais uma discussão produtiva que deixa de ser feita. Se dos governos podemos esperar poucas soluções coletivas e inteligentes para a saúde, o fenômeno das novas tecnologias móveis tem algo de libertador: os aplicativos, gadgets, sites e outros recursos dão poder ao indivíduo. Eles democratizam o conhecimento e colocam o paciente no comando de seu próprio tratamento. Depois do fenômeno Dr. Google (quando as pessoas passaram a recorrer à internet para buscar informações de saúde) vivemos agora o fenômeno Dr. Smartphone.

Com um celular na mão e uns aplicativos espertos, as pessoas monitoram quantos passos deram a cada dia, controlam os nutrientes de cada refeição, checam a quantidade de açúcar no sangue, a pressão arterial e até se submetem a um eletrocardiograma sem sair de casa. O acesso à informação médica e a recursos técnicos que permitem cuidar da saúde está fazendo surgir um novo tipo de paciente: mais contestador e, ao mesmo tempo, capaz de tomar decisões conscientes e aderir ao tratamento com mais determinação.

Não acredito que essas ferramentas substituam o médico. Ele continuará sendo fundamental para orientar o paciente na escolha dos aplicativos de qualidade (sim, há muita porcaria por aí) e na interpretação dos resultados. O médico continuará sendo o responsável por fazer diagnóstico e orientar o tratamento. E também por confortar, entender, ter empatia – tudo o que a máquina não é capaz de fazer. “Essa é uma tendência sem volta”, diz a dermatologista Cristiane Benvenuto, do Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Segundo ela, os médicos que resistem a mudanças erram ao pensar que o paciente deve escolher entre eles ou a tecnologia. “Esses novos recursos podem ser grandes aliados dos médicos”, afirma.

Saúde e internet são duas das paixões de Cristiane. Ela acredita no potencial das mídias digitais como instrumento de promoção de bem-estar, mas diz que o grande desafio hoje é ajudar as pessoas a encontrar informação de qualidade na internet. Aos 38 anos, ela mantém dois blogs: um como médica e outro como mãe. Lorenzo, o filho de 3 anos, teve um câncer na retina aos 7 meses e corria o risco de perder o globo ocular. No blog, Cristiane conta sua experiência diante da dificuldade de filtrar informações na internet – um desafio até mesmo para quem tem formação médica. Um pouco dessa história linda e inspiradora você vê no vídeo nesta página.

Minha xará Cristiane circula muito bem entre dois mundos que, para o bem dos pacientes, precisam viver em harmonia (a medicina e as tecnologias digitais). Por ser um símbolo do profissional de saúde desses novos tempos, acho que vale a pena ouvir o que ela tem a dizer. Abaixo reproduzo um dos posts da Dra. Cris. Boa reflexão, boa semana e até a próxima!

“Cheguei a ouvir no primeiro ano da faculdade que minha turma fazia parte da “nata da sociedade”. Não nego o privilégio que é cursar uma universidade pública de qualidade nesse país, mas também não posso deixar de me sentir nauseada com a “pompa” de alguns detentores do conhecimento universal. Éramos nata pelas oportunidades que a vida nos apresentou, mas éramos erroneamente treinados a acreditar que, por isso, tínhamos direito ao bastão da razão inabalável. E daí veio a internet... E os pacientes começaram a ter acesso à caixa preta que revelava todos os mistérios do corpo humano. Inicialmente eles chegavam tímidos ao consultório, perguntando o motivo de não receberem esse ou aquele tratamento. Mas com o tempo perceberam que podiam muito mais. E podem muito mais.

Eu acredito na medicina em que o médico “orienta” seu paciente conforme a melhor informação disponível. Ele ouve, interage, entende e, então, orienta. Ele não é Deus e nem pretende ser. Quando a postura onipotente prevalece, o paciente acredita (com razão) e se coloca a um passo da decepção. Afinal, a Deus não é permitido errar. Mas errar é inevitável ao ser

humano, grupo do qual faz parte o exército de branco. Os pacientes que não compram a onipotência acabam buscando novos caminhos, muitas vezes fora da medicina. Alguns desses doentes obtêm a tão sonhada solução dessa forma, mas outros tantos acabam buscando remédio nas mãos de profissionais que pouco têm a oferecer – ou que na verdade pouco se importam em oferecer alguma coisa.

Sempre admirei a medicina. Essa foi a profissão que escolhi quando ainda nem sabia escrever. Mas admiro ainda mais o papel que vem se formando para o médico nessa era da informação sem limites ou fronteiras: um membro importante e imprescindível da equipe multidisciplinar (e-qui-pe) que avalia o doente como um todo, corpo e mente. Um ser humano que navega a informação médica com facilidade e é capaz de traduzir o que encontra para ajudar seu “cliente” a decidir. Sim, seu “cliente”, por que não? E a medicina pode ser exercida de diversas formas, nem todas necessariamente ocorrendo no consultório ou na sala de cirurgia.

Mas nem tudo são flores e seria ingenuidade acreditar que já houve uma mudança completa. Nem todos os doentes têm acesso à informação e muitos médicos ainda são levados pelo sistema a desenvolver a compaixão em 10 minutos de consulta. Mas a semente está plantada e a evolução vai ser inevitável. Como dizia no início da conversa: foi-se o tempo em que médico era Deus, mas nasce um tempo em que ele pode curar e aliviar muito mais do que em toda a história da medicina”.

CRISTIANE SEGATTO é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, AGOSTO de 2013.**

'Rastreador de namorado' pode ser criminoso, explica advogada (ANA FREITAS)

App permite que namorado ou namorada receba cópia de mensagens, relatórios sobre ligações e a localização do parceiro



HOJE de manhã, o Facebook ficou lotado de manifestações indignadas contra um aplicativo de celular. Promovido através de um site bonito, escrito em linguagem descolada, e focado no público feminino, o app Rastreador de Namorados, disponível para Android, afirma ajudar namoradas desconfiadas (e não 'neuróticas', como faz questão de deixar claro o F.A.Q. do app) rastream toda a vida móvel de seus parceiros. Obama aprova esse aplicativo.

Uma vez instalado no celular, o app pode ser configurado para enviar para um outro número mensagens de texto contendo localização, histórico de ligações, como duração e número, e também cópias de SMS. A função mais invasiva é uma que faz com que o celular do alvo automaticamente faça uma ligação para o do 'espião': daí, basta atender para ter acesso ao áudio completo de tudo que acontece fora do bolso do dono ou da dona do celular.

A principal falha no conceito, de acordo com homens e mulheres que comentaram na aba 'avaliações' no Google Play, é que o namorado ou namorada que você queira espionar pode, a qualquer momento, perceber que existe em sua lista de apps um chamado "Rastreador de Namorados" e apagá-lo, acabando com a brincadeira. Não tem problema: lá mesmo, nas respostas às reclamações, os desenvolvedores informam que o aplicativo tinha a função de ficar 'escondido' e que, embora tenha sido necessário desabilitá-la oficialmente devido a restrições da loja de apps do Google, basta enviar-lhes um e-mail para que eles deem 'mais informações sobre o modo escondido'.

De acordo com a advogada Gisele Truzzi, especializada em direito digital e crimes eletrônicos, como o aplicativo não apenas registra a localização do usuário, mas também envia o conteúdo de mensagens de texto do celular espionado e até ativa o microfone do celular-alvo (o horror!), através de uma ligação automática, instalá-lo em um celular sem o conhecimento do dono configura um caso grave de invasão de privacidade. "Se a pessoa não tiver autorizado isso, é a mesma coisa que espiar uma rede Wi-Fi. Pode caracterizar um crime de interceptação telefônica e telemática, previsto no artigo 10 da lei nº 9.296, para qual a pena de prisão pode ser de 2 a 4 anos", explica.

De acordo com a lei brasileira, é proibido interceptar comunicações sem uma autorização judicial, e como o aplicativo envolve tráfego de dados, usá-lo pode se encaixar nesse crime. "A existência do aplicativo por si só não é crime, mas o uso que o usuário faz dele pode caracterizar invasão de privacidade, já que a pessoa não sabe que está sendo rastreada", diz Truzzi. Moral da história: se seu namorado ou namorada instalar o Rastreador de Namorados no seu celular, procure um advogado para você - e um psicólogo para ele ou para ela.

ANA FREITAS é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista GALILEU, Agosto de 2013.**

Marketing sonoro invade as cidades (JULIETE VOLCLER)

Escolha a música de fundo da sua estação!" O convite, lançado em maio pela companhia ferroviária da França, dissimula uma intenção menos aparente: os concertos de Mozart ou Chopin visavam afastar jovens e sem-teto. Ainda engatinhando, a modelagem do universo sonoro suscita uma série de iniciativas... e de questões



"**TRINTA ANOS** atrás, na França, cada indivíduo tinha uma caixa de som consigo: seu walkman. Hoje, se alguém fosse contar o número de alto-falantes à sua disposição, iria encontrar dezenas deles. Estamos assistindo a uma multiplicação e diversificação, com sistema de som assumindo outras aparências: não são apenas as caixas acústicas colocadas em ambos os lados do aparelho de som, são também os objetos integrados à vida diária, os fones de ouvido, as campainhas, os pequenos sistemas de voz, os telefones celulares."¹ Em uma época de cidades inteligentes e de realidade ampliada, a tendência apontada pelo designer de som Roland Cahen não dá sinais de declínio: a tecnologia trabalha para dotar de linguagem, música, alertas e decorações auditivas os múltiplos materiais até então mudos ou que faziam simplesmente barulhos.

A cidade é um desses materiais. Ela constitui o tema de uma modelagem acústica – no momento sem um grande consenso a respeito – por parte das instituições, dos industriais, dos publicitários, das associações empresariais e dos laboratórios. Um mapeamento sonoro é desenvolvido lentamente, instalando novos usos e fronteiras invisíveis nos espaços públicos. Trata-se ora de atrair, ora de rejeitar; ora de informar, ora de vender. Empresas privadas e serviços públicos trabalham para agradar aos ouvidos dos clientes e, às vezes, também para irritar os indesejados.

O silêncio causa ansiedade

O design sonoro, praticado desde os anos 1980, vai de vento em popa e, com ele, um sem-número de novas especialidades: *audio branding*, concepção de ambientes, marketing de áudio. Com a vantagem para uns e o inconveniente para outros de "o sinal sonoro estar presente no ambiente e ser intrusivo e organizador", como sintetizou Gérard Uzan, pesquisador do laboratório de Tecnologia, Deficiências, Interfaces e Multimodalidade (THIM), da Universidade de Paris 8, e idealizador dos semáforos para cegos obrigatórios na França para cada novo dispositivo desde 1999.

A paisagem sonora urbana de hoje permanece em grande parte aquela herdada da Segunda Revolução Industrial: um ruído de fundo grave e constante, em que se misturam motores térmicos, condicionadores de ar e ruídos ferroviários. "Poluição sonora", diria nos anos 1970 o compositor canadense Murray Schafer.² "Uma das definições do som é que ele é um subproduto energético de um sistema. Afora alguns elementos destinados à comunicação, tudo que ouvimos não é desejado: é consequência de uma atividade. Na gravação de uma cidade ou de um parque público, não há muito mais barulho do que trinta anos atrás. Há apenas um ou dois novos sons", constata o compositor e ornitólogo Bernard Fort, da cidade francesa de Lyon. Sobre os objetos sonoros emergentes da indústria, Cahen acrescenta: "Estamos mais na prospecção do que na aplicação". E também mais na busca das medidas antirruído, iniciadas quarenta anos atrás, do que em uma abordagem positiva e criativa do ambiente acústico.

O planejamento de som ainda não existe; não suficientemente, dizem aqueles que nele depositam a esperança de cidades agradáveis ao ouvido. Mas seus esboços já se fazem ouvir, projetados de forma empírica, sem debate público sobre as transformações sociais a que dão origem. O urbanismo sonoro? Ele poderia ser definido precisamente como a paisagem dos sons desejados, concebidos para moldar a cidade – pretendidos por aqueles que os concebem pelo menos –, quer os alto-falantes sejam móveis ou imóveis. Privilégio do som em relação às paredes, é de um urbanismo fluido que se fala aqui.

A primeira interessada, portanto, é a indústria automotiva, em plena mudança para motores híbridos ou elétricos. Os fabricantes se equipam há alguns anos com laboratórios de acústica e de design sonoro. Desde o pós-guerra, conta Vance Packard em *La persuasion clandestine* [A persuasão clandestina], publicado em 1957, algumas montadoras norte-americanas trabalham no ruído que as portas fazem ao se fechar para que ele soe "tranquilizador".³ Em 2010, a Audi, líder nessa área, lançou com grande publicidade seu conceito de *corporate sound*: o desenvolvimento de uma identidade específica da marca, desde o fechamento do porta-luvas até as músicas e as vozes escolhidas para acompanhar os comerciais. No interior do veículo, a pessoa se acostuma a que as menores ações, que outrora pareciam ser facilmente executadas sem assistência, sejam realizadas por som: tanque vazio, cinto não colocado, virar à direita. Trata-se de um bloqueio sonoro do motorista, que não pode mais se aventurar debaixo do capô agora eletrônico, mas que em breve poderá em contrapartida definir sua atmosfera, de modo a escolher se o carro soa como um disco voador ou como um diesel *vinatge*.⁴ Se a indústria está tão interessada no som e se preocupa em divulgar isso é porque o problema para ela não é mais resolver o barulho, e sim o silêncio. Os novos motores, quase inaudíveis, tornam-se perigosos para os pedestres e para os outros motoristas. "O silêncio é causador de ansiedade", chega a dizer Vincent Roussarie, engenheiro de pesquisa em psicoacústica da Neosound, o laboratório da PSA Peugeot-Citroën.⁵ Assim, a indústria volta a seus primórdios. O século XIX, preocupado com a segurança rodoviária, tinha dotado cada tipo de veículo com um som específico: "sinos no pescoço" para os cavalos das charretes, "trompas ou buzinas" para os bondes, "pequenos sinos" e depois "buzina obrigatória" para os automóveis.⁶

Na Holanda, uma rede de pizzarias assumiu a iniciativa. Depois de ter reequipado seus entregadores com *scooters* elétricas, a Domino's percebeu que os riscos de acidentes aumentavam e encarregou-se então da sonorização. Resultado: os motores difundem ao longo de todo o percurso uma voz humana imitando o ruído de um motor térmico e anunciando o nome da marca a cada poucos segundos.⁷ A invenção, batizada de *safe sound*, também apresenta a vantagem de ser um *marketing sound* com um belo efeito cômico. Pelo menos por enquanto, porque é toda a indústria que começa a sonhar, tendo a segurança como álibi, com uma assinatura sonora permanente no espaço público.

Grilos no metrô parisiense

Na década de 1990, a Harley-Davidson tinha procurado – em vão – reservar os direitos autorais do som característico de seus motores, chegando mesmo a tentar – também sem sucesso – processar a Honda, que se atrevera a imitá-la.⁸ Mas essas primeiras tentativas visavam patentear um barulho, “subproduto energético” da moto, não um som especificamente *desenvolvido*.

Porém, a paixão da indústria automobilística pelas possibilidades promocionais do som não é unânime. “Trata-se de caminhar para a harmonia, não para a cacofonia”, resume Nicolas Misdariis, da equipe de percepção e design sonoro do Instituto de Pesquisa e Coordenação Acústica/Música (Ircam). “O design sonoro como o entendemos não consiste em adicionar som ao som, mas em trazer um componente intencional de uma maneira controlada, inteligente e concentrada. Quando trabalhamos para a Renault, eles nos especificaram certos elementos em termos de identidade da marca ou de valores trazidos pelo veículo elétrico, tais como a ecologia ou a fluidez. Mas podemos tentar fornecer calibres genéricos de um som que atenderia à maioria das funções que se espera dele: fazer-se ouvir, ser agradável, não ser muito alto.” Corinne Fillol, gerente da instituição Acoustique et Vibrations [Acústica e Vibrações] da Administração Autônoma dos Transportes Parisienses (RATP, na sigla em francês), insiste quanto à importância de estabelecer uma “gramática sonora” dos espaços públicos: reservar alguns sons para a segurança e sobretudo conservar a sobriedade para “não impor um uso”.

Há alguns anos, o metrô de Paris opera uma lenta mudança: disciplinar os fluxos embalando o ouvido. “Na RATP, a preocupação com a acústica mudou completamente em dez anos. Fomos de ‘reduzir os níveis de ruído’ para ‘construir com o material sonoro’”, observa Corinne. A RATP experimenta este ano duas instalações, avaliando seu impacto para os viajantes. Em Châtelet-Les Halles, ela visa “criar um viés na percepção para reduzir o tempo de percurso no corredor”, por meio da difusão de ambientes sonoros feitos sob medida. Na [estação] Opéra, alto-falantes espalhados sob uma grande esteira rolante destilam, de forma quase inaudível, evocações do bairro em torno: voos líricos, aplausos. Nas estações em curva da Linha 1, o espaço entre a plataforma e o trem é indicado, explica Song Phanekham, responsável pela identidade sonora da administração, por um “sinal de alerta clássico misturado com o chilrear de grilos”.

Teoria da diversão na Volkswagen

Foi em meados de 1990 que a RATP começou a fazer uso do design sonoro, na pessoa de Bernard Delage, para projetar o som do bilhete de metrô Navigo, três bips – validação, recusa, últimos dias de validade –, o que também exigiria a intervenção de um compositor, de um psicólogo e de um técnico de som.⁹ Os passageiros dos horários de pico parecem adotar eles próprios um ritmo ideal para não quebrar a harmonia dos bips. “Quando não se tem o tempo da reflexão e muito menos o da análise, a dupla estímulo-resposta do behaviorismo é útil e necessária”, resume Delage a propósito do projeto e de seu interesse, sobretudo em matéria de segurança. Inicialmente pensada para ajudar os cegos e deficientes visuais em seu caminho, a sinalética se expande hoje para o conjunto dos cidadãos.

A instalação sonora está ganhando espaço nas políticas de desenvolvimento das comunidades locais, preocupadas com seu marketing territorial. Assim, o artista Christian Boltanski sonorizou dez bancos do Parque Montsouris, em Paris, onde os visitantes podem ouvir confissões apaixonadas sussurradas em diversas línguas: “Um encontro sem precedentes entre o útil e o agradável, o prático e o lúdico, o necessário e o essencial”, anuncia triunfalmente Jean-Paul Huchon, presidente da região de Île-de-France.¹⁰ A cidade se enfeita, tornando-se local de um passeio organizado, território desembaraçado, superficialmente, dos conflitos sociais que o constituem e o transformam.

Além do cuidado em seus veículos, a indústria automobilística também se compraz em imaginar “o prático e o lúdico” dos espaços públicos de amanhã. Assim, a Volkswagen criou uma escada-piano de um dia no metrô de Estocolmo, transformando os degraus de concreto próximo a uma escada rolante em um grande teclado sonorizado. “Chamamos isso de teoria da diversão, pois acreditamos que a diversão é o que permite mudar da forma mais simples o comportamento das pessoas para melhor.”¹¹ O melhor? Incentivá-las a usar as escadas comuns em vez da escada rolante. E a comprar os “veículos ecológicos” da marca em detrimento de outros. O carro, então, inventa o behaviorismo da diversão: esconder o marketing sob a arte, a injunção sob o riso, o higienismo sob a brincadeira.

A Volkswagen se coloca aqui na linhagem direta da Muzak Corporation, que inventou a música ambiente nos anos 1930 e criou, para promovê-la, o conceito de “progressão do estímulo”. A melodia tinha por função, além de esconder os ruídos do trabalho, melhorar a produtividade: tônico quando a energia caía, calmante quando a distração rondava. A “progressão do estímulo” hoje continua a ser adaptada aos mais variados universos, supostamente para prolongar o tempo de presença de um cliente numa loja ou, ao contrário, para acelerar a rotatividade num restaurante. Já alguns alto-falantes ultradirecionais transmitem anúncios voltados para áreas específicas – pilha de best-sellers em uma livraria, parte de uma calçada em frente a um cartaz – para capturar o ouvido de quem ainda permaneça muito distraído.

“É possível ser cínico e dizer que o designer sonoro tem necessariamente um futuro, porque em breve teremos feito o caminho dos meios de mais-valia pelo chique visual ou formal. O que vai permitir continuar a ter lucro será o som correto”,¹² anuncia com amargura o pioneiro francês do design sonoro Louis Dandrel. Seria possível expandir sua observação para o desenvolvimento sonoro em geral: tal como o olfativo, o bolo acústico está pronto para ser compartilhado, e os apetites se aguçam. Alguns se engajam na batalha pelo que definem como interesse público: eliminar a saturação do ambiente visual, fornecendo algumas informações por alto-falante em vez de cartazes, tornar a cidade mais

adequada para o ouvido, harmonizar o sonoro para, esperam eles, harmonizar a sociedade. Muitos vão lá para moldar, em um interesse particular reivindicado, um espaço público sem asperezas, utilitário, rentabilizado até em seus menores nichos. Como evitar a saturação? Com a criação de uma regulamentação, como a que já existe para as ondas, imagina Dominique Bidou, presidente do Centro de Informação e Documentação sobre o Barulho (CIDB). Moldando um ambiente "on demand" por meio dos celulares dos transeuntes, respondem, com ar sério ou com um sorriso amarelo, diversos estudiosos da acústica. Já o compositor e pesquisador do Centro de Pesquisa sobre o Espaço Sonoro e o Meio Ambiente Urbano (Cresson, na sigla em francês), Henry Torgue, sugere "proceder por esvaziamentos, deixando espaços livres ao som em vez de tomar uma atitude intencional de sobrecarga em relação a ele".¹³ Uma visão na contramão do urbanismo que se desenha, o qual abriria a cidade – e nós mesmos – àquilo que ele chama de "obrigação de improvisar".¹⁴

JULIETTE VOLCLER é Produtora de rádio independente, é autora do ensaio *Le son comme arme. Les usages policiers et militaires du son* [O som como arma. Os usos policiais e militares do som], Découverte, Paris, 2011. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE**, Agosto de 2013.

